



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024

SECRETARIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

SOLICITAÇÕES Nº 2024/1372

DATA: 25 DE ABRIL DE 2024

HORA: 14 HORAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE FLORES, FORRAÇÕES, ADUBOS E EXEMPLARES ARBÓREOS PARA O PAISAGISMO URBANO E EMBELEZAMENTO DO MUNICÍPIO DE GARIBALDI

PROCESSAMENTO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME: ENTREGA PARCELADA

PARTICIPAÇÃO: GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

O **MUNICÍPIO DE GARIBALDI**, torna público, para conhecimento dos interessados, que, no dia e hora acima descritos, realizará licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço, através do endereço eletrônico www.pregaobanrisul.com.br, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, IN nº 73 de 2022 e do Decreto Municipal nº 4.765/2023.

Maiores informações encontram-se à disposição dos interessados na Prefeitura Municipal de Garibaldi, RS, junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na Rua Júlio de Castilhos, nº 254, Centro, ou pelo telefone (54) 3462-8228, ou ainda através do e-mail: licitacoes@garibaldi.rs.gov.br.

As empresas que desejarem participar do referido PREGÃO ELETRÔNICO deverão efetuar os procedimentos junto ao sítio eletrônico, conforme determinado neste edital.

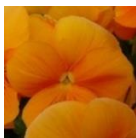
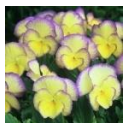
1 - DO OBJETO

1.1. Constitui-se por objeto o registro de preços para aquisição de flores, forrações, adubos e exemplares arbóreos para o paisagismo urbano e embelezamento do Município de Garibaldi, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital.

ITEM	ESPÉCIE	ILUSTRAÇÃO	QUANTIDADE (UNID/MUDAS)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Tagete anão (<i>Tagetes patula</i>) Cor: Amarelo (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000	R\$ 1,30	R\$ 19.500,00
2	Tagete anão (<i>Tagetes patula</i>) Cor: Laranja (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000	R\$ 1,30	R\$ 19.500,00
3	Tagete anão (<i>Tagetes patula</i>) Cor: Sortida (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 20.000	R\$ 1,25	R\$ 25.000,00
4	Gramma esmeralda		Até 2.000 m ²	R\$ 22,00	R\$ 44.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

5	Grama comum		Até 10.000 m²	R\$ 18,00	R\$ 180.000,00
6	Érica japonesa (Leptospermum scoparium) Cor: Lilás (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 22.000	R\$ 1,30	R\$ 28.600,00
7	Érica japonesa (Leptospermum scoparium) Cor: Branco (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 22.000	R\$ 1,30	R\$ 28.600,00
8	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Branco (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000	R\$ 1,30	R\$ 19.500,00
9	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Azul (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000	R\$ 1,80	R\$ 27.000,00
10	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Laranja (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000	R\$ 1,30	R\$ 19.500,00
11	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Amarelo (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000	R\$ 1,30	R\$ 19.500,00
12	Gerânio pendente Cor: sortida (Embalados individualmente, em pote 24 (mínimo).		Até 3.000	R\$ 2,50	R\$ 7.500,00
13	Petunia Cor: Sortida		Até 14.000	R\$ 1,23	R\$ 17.220,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

14	Extremosa (<i>Lagerstroemia indica</i>); Cor: rosa; Com altura mínima de 1,80m no primeiro galho; DAP mínimo de 3,5cm.		Até 500	R\$ 59,00	R\$ 29.500,00
15	Extremosa (<i>Lagerstroemia indica</i>); Cor: branca; Com altura mínima de 1,80m no primeiro galho; DAP mínimo de 3,5cm.		Até 500	R\$ 59,00	R\$ 29.500,00
16	Extremosa (<i>Lagerstroemia indica</i>) Cor: sortida; Com altura mínima de 1,80m no primeiro galho; DAP mínimo de 3,0 cm.		Até 500	R\$ 59,00	R\$ 29.500,00
17	Camélia Cor: Vermelho Altura mínima de 1,0 metro		Até 1.200	R\$ 26,50	R\$ 31.800,00
18	Camélia Cor: Rosa Altura mínima de 1,0 metro		Até 1.200	R\$ 26,50	R\$ 31.800,00
19	Camélia Cor: Branca Altura mínima de 1,0 metro		Até 1.200	R\$ 26,50	R\$ 31.800,00
20	Ipê (<i>Handroanthus albus</i>) Cor: sortida Com altura mínima de 1,50m		Até 1.500	R\$ 39,50	R\$ 59.250,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

21	Margarida (<i>Argyranthemum foeniculaceum</i>) Cor: branca Altura mínima de 20cm		Até 500	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00
22	Margarida (<i>Argyranthemum foeniculaceum</i>) Cor: amarela Altura mínima de 20cm		Até 500	R\$ 2,00	R\$ 1.000,00
23	Formio (<i>Phormium tenax</i>) Cor: verde		Até 100	R\$ 28,00	R\$ 2.800,00
24	Chamaecyparis 'Alumi' (<i>Chamaecyparis lawsoniana</i>) Altura mínima de 1,80m		Até 300	R\$ 90,00	R\$ 27.000,00
25	Mosquitinho (<i>Gypsophila</i>)		Até 500	R\$ 8,50	R\$ 4.250,00
26	Acer (<i>Acer palmatum</i>) Com altura mínima de 1,80 no primeiro galho; DAP mínimo de 4,0cm		Até 3.000	R\$ 125,00	R\$ 375.000,00
27	Manacá da Serra (<i>Tibouchina</i>) Com altura mínima de 1,80 no primeiro galho		Até 3.000	R\$ 48,00	R\$ 144.000,00
28	Sunpatiens (<i>Sanpatiens hibrida</i>) Cor: Vermelha Pote com uma muda		Até 6.000	R\$ 8,00	R\$ 48.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

29	Alegria-de-Jardim Vermelha (Mojave Red ou Vista Red) (<i>Salvia splendens</i>) Cor: Vermelha Caixa com no mínimo 15 mudas		Até 15.000	R\$ 1,30	R\$ 19.500,00
30	Escova-de-Garrafa (<i>Callistemon spp</i>) Altura mínima de 1,5 metros		Até 500	R\$ 49,00	R\$ 24.500,00
31	Tutor de madeira Com fio biodegradável para amarração; (Eucalipto) (<i>Eucalyptus sp</i>) Altura: 230cm Diâmetro: 5cm x 5cm		Até 4.000	R\$ 6,00	R\$ 24.000,00
32	Pedra de jardim Cor: branca		Até 500 kg	R\$ 2,20	R\$ 1.100,00
33	Araucaria Altura mínima de 1,0 metros		Até 500	R\$ 19,50	R\$ 9.750,00
34	Vaso de Concreto Polido Diâmetro de 100 centímetros Altura mínima de 80 centímetros		Até 200	R\$ 420,00	R\$ 84.000,00
35	Vasos Material: polietileno Formato: oval, Cor: marrom Dimensões mínimas: - Altura: 0,60m - Diâmetro da 'boca': 0,50m - Volume: 110 litros		Até 200	R\$ 70,00	R\$ 14.000,00



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

36	Fertilizante Orgânico composto Classe A - Sólido	-	Até 20.000 Kg	R\$ 1,60	R\$ 32.000,00
37	Fertilizante Orgânico composto Classe A - Líquido	-	Até 3.000 L	R\$ 39,00	R\$ 117.000,00

1.2. ESPECIFICAÇÕES DAS FLORES, FORRAÇÕES E EXEMPLARES ARBÓREOS:

a) As mudas de flores, forrações e exemplares arbóreos deverão ser entregues de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, após definida a empresa fornecedora do produto;

b) As parcelas serão solicitadas de forma gradativa de acordo com as necessidades desta Secretaria com prazo máximo de entrega de 5 (cinco) dias após o pedido;

c) Aspecto visual de qualidade e sanidade: uniformidade do lote; cor específica a folha e caule; bom desenvolvimento radicular; as mudas de flores deverão ser dispostas em bandejas de 15 (quinze) unidades para facilitar o manuseio e transporte; não apresentar sintomas de doenças ou pragas;

d) Os itens serão avaliados na entrega pelos técnicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

e) Reposição: Caso, nos primeiros 15 (quinze) dias após o plantio das mudas de flores, essas apresentarem comportamento de tombamento e outras anomalias, identificadas como sendo de origem do viveiro, o produtor deverá repor a quantidade avariada sem custos ao Município.

1.3. ESPECIFICAÇÕES DOS FERTILIZANTES:

1.3.1. FERTILIZANTE ORGÂNICO COMPOSTO CLASSE A - Sólido

a) Produto no estado físico sólido para adubação de pré-plantio e cobertura;

b) Composição: mínima da soma de NPK de 3%, com variação não inferior a 1,0% entre a carga nutricional NPK;

c) Deve apresentar Registro do Ministério da Agricultura;

d) Certificado Orgânico;

e) Não poderá exalar odor desagradável;

f) O produto deverá estar devidamente embalado.

g) Para este produto a empresa deverá apresentar amostra, visto que além das características e certificação exigida, o produto não poderá exalar odor desagradável.

h) As parcelas serão solicitadas de forma gradativa de acordo com as necessidades desta Secretaria com prazo máximo de entrega de 5 (cinco) dias após o pedido;

1.3.2. FERTILIZANTE ORGANOMINERAL – CLASSE A – Líquido

a) Produto no estado físico líquido, para fertirrigação e foliar, para diluição;

b) Composição: soma mínima de NPK de 20% (peso/peso), com carga nutricional de NPK próxima entre eles com diferenças máximas de 2%;

c) Deve apresentar Registro do Ministério da Agricultura;

d) O produto deverá estar devidamente embalado.

e) As parcelas serão solicitadas de forma gradativa de acordo com as necessidades desta Secretaria com prazo máximo de entrega de 5 (cinco) dias após o pedido;

1.4. Todas as despesas com a entrega das mudas e fertilizantes correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

1.5. A licitante para a entrega de mudas deverá apresentar comprovante de registro da empresa como produtora ou comerciante de mudas junto ao órgão oficial competente;

1.6. A licitante para a entrega de adubo/fertilizante: deverá apresentar o registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no momento da entrega da amostra;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

2 – DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL

- 2.1.** O edital será publicado, no sítio eletrônico, no máximo, até o dia 08 de abril de 2024;
2.2. A data e hora limite para recebimento de propostas nos termos exigidos no edital é 25 de abril de 2024, às 13h29min;
2.3. A abertura das propostas ocorrerá no dia 25 de abril de 2024, às 13hrs30min;
2.4. A disputa terá início no dia 25 de abril de 2024, às 14hrs;
2.5. O endereço eletrônico para formalização de questionamentos e impugnações: licitacoes@garibaldi.rs.gov.br;
2.6. Sítio eletrônico da sessão: www.pregaobanrisul.com.br.
2.7. Todas as referências de tempo deste certame observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF.

3 – DO CREDENCIAMENTO E DA PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá buscar informações a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.1. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.pregaobanrisul.com.br, e pelo telefone (51) 3288-1160.

3.2. É de responsabilidade do licitante, além de se credenciar previamente no sistema eletrônico utilizado no certame, cumprir as regras do presente edital, devendo:

3.2.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.2.3. As informações acerca do andamento do processo licitatório serão encaminhadas pela Pregoeira, via chat, ficando a cargo do licitante a responsabilidade pelo acompanhamento.

3.2.4. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.2.5. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.2.6. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.3. Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

da legislação que disciplina a matéria;

- f) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- g) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.
- i) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.3.1. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 3.4, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3.2. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

3.3.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas "g" e "i" poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.3.4. O disposto nas alíneas "g" e "i" não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.4. A participação de pessoa jurídica em consórcio no presente processo licitatório fica condicionada ao atendimento dos requisitos do art. 15 da Lei 14.133/2021.

3.5. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar da presente licitação, desde que:

a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado.

d) o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.6. É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo no caso de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

4 – DO MODO DE DISPUTA

4.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 8.

4.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará **10 (dez) minutos**, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

4.2.1. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

4.3. Encerrado o prazo do item **4.2**, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

lances será automaticamente encerrada.

4.4. Encerrada a recepção dos lances, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

4.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

4.6. Na hipótese do sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.garibaldi.rs.gov.br.

4.8. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. As propostas deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 5 e 6 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Os documentos de habilitação serão solicitados pelo pregoeiro ao vencedor, concedendo prazo de 02 (duas) horas para que sejam anexados no sistema após a finalização da etapa dos lances e após inserção e ajustes da proposta final.

5.3. O licitante deverá declarar, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

5.3.1. O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

5.3.2. O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/2006, como condição para aplicação do disposto no item 9, deste edital.

5.3.3. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.4. Que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

OBSERVAÇÃO 01: A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações da Lei 147/2014, deverá assinalar em campo próprio do Sistema Pregão Eletrônico Banrisul quando da inclusão das propostas no sistema.

5.4. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas.

5.5. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

5.5.1. DECLARAÇÕES (MODELO DO ANEXO II):

- Declaração de Idoneidade;
- Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02;
- Declaração de cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.
- Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

e) Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

f) Declaração que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

h) Declaração da licitante de que não que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

5.5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo, Estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Indicação do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova, indicando a diretoria em exercício;

c) Registro Comercial no caso de empresa individual.

5.5.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) Prova de regularidade expedida pela Procuradoria Nacional da Fazenda (**Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**).

c) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, sendo da sede ou domicílio do Licitante.

e) Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS) e seguridade social.

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (obtida eletronicamente nos sites do TRT-4 e/ou Regional correspondente do licitante ou TST).

g) Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.5.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade em vigor.

a.1) Caso a certidão não possua prazo de validade, será considerada vigente aquela com até 90 dias de emissão, a contar da data de expedição.

5.6. A microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos no subitem **5.5.3.** deste edital, terão sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a contar da data em que for declarada vencedora do certame.

5.6.1. O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

5.6.2. O prazo de que trata o item **5.6** poderá ser prorrogado, por uma única vez, por igual



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

5.6.3. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item **5.6.2**, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.8. A documentação deverá ser apresentada na sua forma original ou por cópia autenticada, com exceção da documentação eletrônica, que possui autenticação do site oficial.

5.9. Para efeito de verificação dos documentos de habilitação, será permitida a sua realização por processo eletrônico de comunicação a distância, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.10. Se o envio da documentação ocorrer a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado, presume-se a devida segurança quanto à autenticidade e autoria, sendo desnecessário o envio de documentos assinados digitalmente com assinatura eletrônica avançada ou assinatura eletrônica qualificada, nos termos do Decreto Municipal nº 4.765/2023.

5.11. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, comprovadamente, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇO

6.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em **sessenta** (60) dias, deverá ser registrada no sistema eletrônico, observando as diretrizes do **Anexo III**. Também deverá conter:

a) Razão social da empresa;

b) Preço unitário e total do item, até duas casas após a vírgula, em moeda nacional, devendo estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, as quais correrão por conta da licitante vencedora.

c) Informação de marca e modelo ofertada que deverá ser observada na entrega.

d) Informação do fabricante do produto.

e) Descrição do objeto, contendo as informações de acordo com a especificação do Termo de Referência;

f) Indicação do prazo de garantia do produto, de acordo com a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

6.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como, com preços superestimados ou inexequíveis, ou superiores ao estimado pela Administração.

6.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, exceto em caso de erro grosseiro, questão que será avaliada pelo pregoeiro.

6.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item **3.3.** deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

7.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8 – DA CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Será desclassificada a proposta que:

- a) Contiver vícios insanáveis;
- b) Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.1.1. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8.1.2. No caso de bens e serviços em geral, a Administração considerará indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, facultando ao Pregoeiro diligenciar, conforme item 8.3.

8.1.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.3. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.3.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.3.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.4. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

8.4.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.5. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.6. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.7. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.9.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.9.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.9.4. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 01 (um) minuto, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.11. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será determinado previamente via sistema.

8.12. Na licitação para registro de preços não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.

8.13. Somente serão considerados válidos os lances dos licitantes que forem inseridos na "sala de disputa", não sendo considerados outro meios, tais como chat do sistema, e-mail, etc.

9 - DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

9.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias da referida Lei.

9.1.1. Entende-se como empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.2. A situação de empate somente será verificada depois de ultrapassada a fase da proposta e encerrados os lances.

9.2. Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, detentora da proposta de menor valor, poderá apresentar, no prazo de 05 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a microempresa, a empresa de pequeno porte ou a cooperativa, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item **9.1.1** deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo e na forma prevista na alínea "a" deste item.

c) Se houver duas ou mais microempresas e/ou empresas de pequeno porte e/ou cooperativas com propostas iguais, será realizado sorteio para estabelecer a ordem e serão



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

convocadas para a apresentação de nova proposta, na forma das alíneas anteriores.

9.3. Se não houver licitante que atenda ao item 9.2. e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 4.172, de 1º de setembro de 2023;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.4. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul;

b) Empresas brasileiras;

c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10 – NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

10.2. A negociação será encerrada após transcorridos 15 (quinze) minutos da sua abertura, exceto se as partes entrarem em acordo antes desse período.

10.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

10.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

10.5. Será permitido o registro de mais de um fornecedor, desde que a cotação seja em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação.

10.6. Para o registro, o Pregoeiro solicitará aos demais participantes que informem se aceitam fornecer o bem ou prestar o serviço em preço igual ao licitante vencedor, o que será registrado em Ata.

10.7. O licitante vencedor terá o prazo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput deste artigo.

10.7.1. A critério do pregoeiro, o prazo supramencionado, poderá ser prorrogado, uma única vez, em até 120 (cento e vinte) minutos;

11 – DA ENTREGA DA AMOSTRA

11.1. Após a classificação do licitante provisoriamente declarado vencedor, o certame será suspenso para que o (s) licitante(s) envie uma amostra gratuita do item 36 (**FERTILIZANTE ORGÂNICO COMPOSTO CLASSE A - Sólido**) para análise dos produtos ofertados, no prazo de até 05 (cinco) dias, para fins de aprovação definitiva da entrega total à municipalidade.

11.1.1. Para este produto a empresa deverá apresentar amostra, visto que além das características e certificação exigida, o produto não poderá exalar odor desagradável.

11.2. As amostras deverão ser entregues no endereço Rua Irmão José Sion, nº 390, Garibaldi/RS – CEP: 95.720-000 no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da homologação,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega;

11.2.1. É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

11.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

11.4. Será avaliado o seguinte aspecto e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) Descrição fiel do item.

11.5. Os resultados das avaliações serão divulgados por parecer do setor competente;

11.6. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência;

11.7. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

11.8. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

12 – DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de avaliação das amostras, o certame terá prosseguimento, com a verificação dos documentos de habilitação do licitante provisoriamente classificado como vencedor.

12.2. Caso entenda necessário, o pregoeiro poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

12.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.4. Os documentos de habilitação, de que trata o item 5.5, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.4.1. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.5. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.6. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

12.7. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.9. Caso a licitação dependa da verificação da Planilha de Custos, a sessão será suspensa para análise pela secretaria competente para, após, ser adjudicada.

12.9.1. Nesse caso, a empresa vencedora, declarada na fase dos lances, deverá apresentar ao pregoeiro, em até 48 horas contados da realização do certame, uma planilha de custos detalhada, conforme modelo em anexo, com todos os valores unitários e total. A planilha será encaminhada para a Secretaria competente para análise dos valores e o certame ficará suspenso para posterior adjudicação.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E IMPUGNAÇÕES

13.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, durante o prazo de 10 (dez) minutos, encerrado este prazo automaticamente pelo sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

13.2. Havendo a manifestação motivada do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

13.2.1. O recurso deverá versar sobre:

a) Ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) Julgamento das propostas;

c) Ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) Anulação ou revogação da licitação.

13.2.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.2.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) A apreciação dar-se-á em fase única.

13.3. O recurso e as contrarrazões serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.4. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.5. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.6. A impugnação ao edital de licitação deve ser protocolada em até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.6.1. A impugnação deverá ser encaminhada ao e-mail licitacoes@garibaldi.rs.gov.br, o qual servirá como protocolo oficial.

13.6.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão encaminhadas para o endereço eletrônico da impugnante e divulgadas no sítio eletrônico da Administração.

13.7. Os recursos, impugnações e contrarrazões interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. A licitante poderá encaminhar pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

14– DO ENCERRAMENTO DA CONTRATAÇÃO



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a)** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b)** Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c)** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d)** Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Após a homologação do resultado da licitação, a Administração, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, assinarem a Ata de Registro de Preços.

15.1.1. O extrato da Ata de Registro de Preços será publicado de acordo com o Decreto Municipal nº 4.765/2023.

15.1.2. Serão também registrados os fornecedores que aceitarem fornecer o bem ou prestar o serviço em preço igual ao licitante vencedor.

15.2. A ata de registro de preços terá prazo de validade de até 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

15.3. A existência de preço registrado não obriga a Administração a firmar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, desde que devidamente motivada.

15.4. O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a)** descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b)** não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- c)** sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5. O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento do objeto, desde que comprovados e justificados:

- a)** por razão de interesse público; ou
- b)** a pedido do fornecedor.

15.6. Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados e reajustados em conformidade com as modificações ocorridas, devendo estas ser efetivamente demonstradas.

15.6.1. Na hipótese prevista no item 15.6, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

15.6.2. O disposto no item 15.6 aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos tributos ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133, de 2021.

15.6.3. Os preços registrados, quando sujeitos a controle oficial, poderão ser reajustados nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.

15.6.4. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes, mediante solicitação à Administração Municipal, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes, etc.

15.6.5. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

15.6.6. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

daqueles praticados no mercado.

15.6.7. O pedido de reequilíbrio somente será analisado pela Administração Pública após a inequívoca comprovação da ocorrência do fato gerador que ensejou o alegado desequilíbrio no fluxo financeiro da REGISTRADA.

15.6.8. Considerando-se que o equilíbrio exigido na relação contratual envolve uma contraposição entre encargos e vantagens, não serão concedidos reequilíbrios que ensejem impacto irrisório à Administração.

15.6.9. A base de cálculo do reajuste anual será o valor da proposta financeira apresentada, com o acréscimo, se houver, de eventuais correções inflacionárias decorrentes do decurso de prazo contratual, sendo descontada a porcentagem dos reequilíbrios concedidos durante a contratação.

16 – DOS PRAZOS E DO FORNECIMENTO

16.1. Os bens deverão ser entregues no endereço indicado na Nota de Empenho, dentro do município de Garibaldi, RS.

16.2. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa conforme descrita no empenho.

16.3. O prazo supramencionado poderá ser prorrogado por igual período, **uma única vez**, mediante justificativa a ser apresentada pela licitante vencedora e analisada pela secretaria, sendo que o prazo pode ser prorrogado ou não.

16.4. Caso não seja possível a entrega na data combinada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

16.5. Se dentro do prazo, o convocado não efetuar a entrega, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para execução do fornecimento em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

16.6. Os produtos deverão ser entregues pela Contratada rigorosamente conforme exigido neste edital e seus anexos.

16.7. A aceitação do objeto somente será efetivada após ter sido o mesmo considerado satisfatório, pela fiscalização do(s) contrato(s), ficando a empresa fornecedora obrigada a substituí-lo, em parte ou integralmente, em tempo hábil, sempre que ocorrerem falhas.

16.8. Caso o(s) produtos(s) não esteja(m) de acordo com as especificações solicitadas, o(s) mesmo(s) será(ão) recusado(s), cabendo à CONTRATADA substituí-lo(s) no prazo máximo de 2 (duas) horas, por outro(s) que atenda(m) ao solicitado, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

17 – DO PAGAMENTO

17.1. Os pagamentos serão efetuados, até o 30º (trigésimo) dia após a comprovação da entrega dos produtos, mediante apresentação da respectiva nota fiscal atestado pelo fiscal, conforme Calendário de Pagamentos à Fornecedores, correndo a despesa na:

Órgão 11 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Unidade: 01 - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
18.541.0063.2061 - Manutenção dos Serviços da SMMA
3.3.90.30 - Material de Consumo (1112)
3.3.90.30 - Sementes, Mudas de Plantas e insumos (111205)

17.2. A forma de pagamento será por meio de crédito em conta bancária, devendo a contratada informar banco, agência, operação e número da conta bancária em nome da contratada, ou através de boleto de cobrança bancária.

a) Quando a cobrança ocorrer por boleto, o mesmo somente poderá ser emitido com código de barra padrão FEBRABAN com vencimento apresentação.

17.3. Caso o objeto do certame seja passível de retenção de imposto, conforme IN/RFB 1234/12 e IN/RFB 971/09, a contratada ficará sujeita à aplicação desta.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

17.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do nº do Pregão e da Ordem de Fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.5. Em caso de atraso de pagamento por parte da contratante, o valor será corrigido com base no percentual acumulado do IPCA, referente aos últimos 12 meses apurados.

18 – DAS OBRIGAÇÕES

18.1. Das obrigações da CONTRATADA:

a) o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

b) Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

c) Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

d) Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

e) Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

f) Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

g) Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.

h) A licitante para a entrega de mudas deverá apresentar comprovante de registro da empresa como produtora ou comerciante de mudas junto ao órgão oficial competente;

i) A licitante para a entrega de adubo/fertilizante: deverá apresentar o registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no momento da entrega da amostra;

18.2. Das obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;

b) Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

c) Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

d) Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

e) Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Dar causa à inexecução total do contrato;

d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

m) Não assinar a ata de registro de preços.

19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital as seguintes sanções:

a) advertência, quando der causa à inexecução parcial do contrato, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) multa, a ser calculada na forma do edital ou do contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato, que será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 19.1.

c) impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando do cometimento das infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do item 19.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando do cometimento das infrações administrativas previstas nas alíneas "h", "i", "j", "l" e m do item 19.1, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g", do item 19.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea c do item 19.2, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) multa de 2% sobre o valor total do contrato, além das penalidades já utilizadas e previstas na legislação, em caso de descumprimento de normas trabalhistas.

f) No caso da alínea "n", suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 2 anos e multa de 10% sobre o valor do último lance ofertado.

19.2.1. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 19.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

19.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) A natureza e a gravidade da infração cometida.

b) As peculiaridades do caso concreto

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.3. A sanção estabelecida na alínea "d" do item 19.2 será precedida de análise jurídica e observará e será aplicada pela autoridade máxima municipal;

19.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.5. A aplicação das sanções previstas no item 19.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.6. Na aplicação da sanção prevista no item 19.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.3. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 19.2 do presente Edital dependerá de instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de no mínimo 3 (três) servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.3.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.3.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.4. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.5. Sobrevindo aplicação de nova penalidade no curso do período das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 19.2 deste edital, será somado ao período remanescente o fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

19.5.1. Na soma envolvendo sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 19.2, observar-se-á o prazo máximo de 6 (seis) anos em que o condenado poderá ficar proibido de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.

19.5.2. Para o cálculo da soma contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no item 19.10.1 deste edital, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

19.6. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.7. A reabilitação alcança quaisquer penas aplicadas em decisão definitiva, assegurando ao licitante e ao contratado o sigilo dos registros sobre o seu processo e condenação.

20 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas ao Setor de Licitações, sito na Rua Júlio de Castilhos, nº 254, pelo telefone (54) 3462-8228 ou através do e-mail licitacoes@garibaldi.rs.gov.br, no horário compreendido entre as 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, preferencialmente, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para abertura do certame.

20.2. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

20.3. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, e-mail e o número de telefone.

20.4. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou servidor do Município, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (Internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados e de sua validade, pela Administração.

20.5. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

20.6. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

20.7. A apresentação de proposta significa a aceitação dos termos desta licitação e vincula as partes nos termos do diploma jurídico que a rege.

20.8. Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

20.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.10. Este edital está à disposição dos interessados no horário das 8 horas às 11 horas e 30 minutos e das 13h30min às 17h, na Prefeitura Municipal de Garibaldi, na Rua Júlio de Castilhos, nº 254, telefone (54) 3462-8228, ou, no site www.garibaldi.rs.gov.br.

20.11. São anexos deste Edital:

ANEXO I - MODELO DE CREDENCIAMENTO

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO IV - MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO V - TERMO DE REFERÊNCIA

20.12. Será emitida Nota de Empenho em substituição ao contrato, nos termos do Artigo 95, da Lei nº 14.133/21.

20.13. Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Garibaldi, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Garibaldi, 04 de abril de 2024.

ANDERSON LUIZ DALLA ROSA
Secretário Municipal de Meio Ambiente

JÉSSICA PIMENTEL DA SILVA
Departamento de Compras e Licitações

Com exceção do "objeto", sobre o qual está Assessoria Jurídica não possui conhecimento técnico para se manifestar, este edital se encontra examinado e aprovado por esta Assessoria.

Emiliano Romagna - OAB/RS 73.407
Assessor Jurídico
Procuradoria Geral do Município



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O I – MODELO DE CREDENCIAMENTO
PREGÃO Nº ____/2024

CREDENCIAMENTO

CREDENCIADO

Nome: _____

Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____

Endereço: _____ Profissão: _____

Nº da Identidade: _____ CPF: _____

E-mail: _____

EMPRESA CREDENCIADORA

Nome: _____

Endereço: _____

CNPJ/MF: _____ Inscrição Estadual: _____

Através deste instrumento de credenciamento, a empresa acima descrita, nomeia o CREDENCIADO acima qualificado, para seu representante na licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº __, promovida pelo Município de Garibaldi, conferindo-lhe todos os poderes necessários para a prática dos atos licitatórios previstos na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e Decreto nº 4.765/2023, podendo o mesmo tudo assinar e requerer, em especial, ofertar lances, protestar, ingressar com manifestação de recursos, receber notificações, abdicar de direitos e assinar contratos e aditivos oriundos daquele certame licitatório.

_____ de ____ de _____.

NOME DO RESPONSÁVEL EMPRESA CREDENCIADORA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
PREGÃO Nº ____/2024

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ/MF/Nº _____ INSCRIÇÃO ESTADUAL: _____

ENDEREÇO: _____

Na qualidade de representante legal da empresa acima descrita, declaro sob as penas da lei e para fins da licitação Modalidade Pregão Eletrônico nº ____, que a Empresa por mim apresentada:

() não está suspensa temporariamente da participação em licitações, nem impedida de contratar com o Poder Público e, da mesma forma não está na situação de empresa inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público.

() não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

() cumpre os requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação.

() está em observância ao limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

() apresenta proposta econômica que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega.

() não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

() cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos limites previstos no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

() não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da Lei nº 14.133/2021.

Ressalva CASO EMPREGUE MENOR: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

LOCAL: _____, _____ de _____ de _____.

ASSINATURA:

NOME:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
PREGÃO Nº ____/2024

PROPOSTA DE PREÇOS

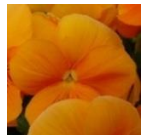
Empresa _____
Endereço _____
CNPJ/MF/Nº _____ Insc.Estadual: _____
Fone/Fax _____ e-mail: _____
Data da abertura: **25 DE ABRIL DE 2024** Horário: **14 horas**
Conta Bancária para depósito para pagamento em caso de ser vencedor:
Banco _____ Nº Agência _____ Nº Conta nº _____
Declaro-me de pleno acordo com os termos e condições do Edital modalidade **Pregão Eletrônico nº ____/2024**, apresentando a seguinte proposta financeira, para fornecimento do seguinte serviço:

1.1. Constitui-se por objeto o registro de preços para aquisição de flores, forrações, adubos e exemplares arbóreos para o paisagismo urbano e embelezamento do Município de Garibaldi, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste edital.

ITEM	ESPÉCIE	ILUSTRAÇÃO	QUANTIDADE (UNID/MUDAS)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Tagete anão (<i>Tagetes patula</i>) Cor: Amarelo (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000		
2	Tagete anão (<i>Tagetes patula</i>) Cor: Laranja (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000		
3	Tagete anão (<i>Tagetes patula</i>) Cor: Sortida (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 20.000		
4	Gramma esmeralda		Até 2.000 m ²		
5	Gramma comum		Até 10.000 m ²		
6	Érica japonesa (<i>Leptospermum scoparium</i>) Cor: Lilás (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 22.000		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

7	Érica japonesa (<i>Leptospermum scoparium</i>) Cor: Branco (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 22.000		
8	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Branco (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000		
9	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Azul (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000		
10	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Laranja (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000		
11	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Amarelo (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000		
12	Gerânio pendente Cor: sortida (Embalados individualmente, em pote 24 (mínimo)).		Até 3.000		
13	Petunia Cor: Sortida		Até 14.000		
14	Extremosa (<i>Lagerstroemia indica</i>); Cor: rosa; Com altura mínima de 1,80m no primeiro galho; DAP mínimo de 3,5cm.		Até 500		
15	Extremosa (<i>Lagerstroemia indica</i>); Cor: branca; Com altura mínima de 1,80m no primeiro galho; DAP mínimo de 3,5cm.		Até 500		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

16	Extremosa (<i>Lagerstroemia indica</i>) Cor: sortida; Com altura mínima de 1,80m no primeiro galho; DAP mínimo de 3,0 cm.		Até 500		
17	Camélia Cor: Vermelho Altura mínima de 1,0 metro		Até 1.200		
18	Camélia Cor: Rosa Altura mínima de 1,0 metro		Até 1.200		
19	Camélia Cor: Branca Altura mínima de 1,0 metro		Até 1.200		
20	Ipê (<i>Handroanthus albus</i>) Cor: sortida Com altura mínima de 1,50m		Até 1.500		
21	Margarida (<i>Argyranthemum foeniculaceum</i>) Cor: branca Altura mínima de 20cm		Até 500		
22	Margarida (<i>Argyranthemum foeniculaceum</i>) Cor: amarela Altura mínima de 20cm		Até 500		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

23	Formio (<i>Phormium tenax</i>) Cor: verde		Até 100		
24	Chamaecyparis 'Alumi' (<i>Chamaecyparis lawsoniana</i>) Altura mínima de 1,80m		Até 300		
25	Mosquitinho (<i>Gypsophila</i>)		Até 500		
26	Acer (<i>Acer palmatum</i>) Com altura mínima de 1,80 no primeiro galho; DAP mínimo de 4,0cm		Até 3.000		
27	Manacá da Serra (<i>Tibouchina</i>) Com altura mínima de 1,80 no primeiro galho		Até 3.000		
28	Sunpatiens (<i>Sanpatiens</i> <i>hibrida</i>) Cor: Vermelha Pote com uma muda		Até 6.000		
29	Alegria-de-Jardim Vermelha (Mojave Red ou Vista Red) (<i>Salvia splendens</i>) Cor: Vermelha Caixa com no mínimo 15 mudas		Até 15.000		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

30	Escova-de-Garrafa (Callistemon spp) Altura mínima de 1,5 metros		Até 500		
31	Tutor de madeira Com fio biodegradável para amarração; (Eucalipto) (<i>Eucalyptus sp</i>) Altura: 230cm Diâmetro: 5cm x 5cm		Até 4.000		
32	Pedra de jardim Cor: branca		Até 500 kg		
33	Araucaria Altura mínima de 1,0 metros		Até 500		
34	Vaso de Concreto Polido Diâmetro de 100 centímetros Altura mínima de 80 centímetros		Até 200		
35	Vasos Material: polietileno Formato: oval, Cor: marrom Dimensões mínimas: - Altura: 0,60m - Diâmetro da 'boca': 0,50m - Volume: 110 litros		Até 200		
36	Fertilizante Orgânico composto Classe A - Sólido	-	Até 20.000 Kg		



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

37	Fertilizante Orgânico composto Classe A - Líquido	-	Até 3.000 L		
----	---	---	-------------	--	--

1.2. ESPECIFICAÇÕES DAS FLORES, FORRAÇÕES E EXEMPLARES ARBÓREOS:

a) As mudas de flores, forrações e exemplares arbóreos deverão ser entregues de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, após definida a empresa fornecedora do produto;

b) As parcelas serão solicitadas de forma gradativa de acordo com as necessidades desta Secretaria com prazo máximo de entrega de 5 (cinco) dias após o pedido;

c) Aspecto visual de qualidade e sanidade: uniformidade do lote; cor específica a folha e caule; bom desenvolvimento radicular; as mudas de flores deverão ser dispostas em bandejas de 15 (quinze) unidades para facilitar o manuseio e transporte; não apresentar sintomas de doenças ou pragas;

d) Os itens serão avaliados na entrega pelos técnicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

e) Reposição: Caso, nos primeiros 15 (quinze) dias após o plantio das mudas de flores, essas apresentarem comportamento de tombamento e outras anomalias, identificadas como sendo de origem do viveiro, o produtor deverá repor a quantidade avariada sem custos ao Município.

1.3. ESPECIFICAÇÕES DOS FERTILIZANTES:

1.3.1. FERTILIZANTE ORGÂNICO COMPOSTO CLASSE A - Sólido

a) Produto no estado físico sólido para adubação de pré-plantio e cobertura;

b) Composição: mínima da soma de NPK de 3%, com variação não inferior a 1,0% entre a carga nutricional NPK;

c) Deve apresentar Registro do Ministério da Agricultura;

d) Certificado Orgânico;

e) Não poderá exalar odor desagradável;

f) O produto deverá estar devidamente embalado.

g) Para este produto a empresa deverá apresentar amostra, visto que além das características e certificação exigida, o produto não poderá exalar odor desagradável.

h) As parcelas serão solicitadas de forma gradativa de acordo com as necessidades desta Secretaria com prazo máximo de entrega de 5 (cinco) dias após o pedido;

1.3.2. FERTILIZANTE ORGANOMINERAL – CLASSE A – Líquido

a) Produto no estado físico líquido, para fertirrigação e foliar, para diluição;

b) Composição: soma mínima de NPK de 20% (peso/peso), com carga nutricional de NPK próxima entre eles com diferenças máximas de 2%;

c) Deve apresentar Registro do Ministério da Agricultura;

d) O produto deverá estar devidamente embalado.

e) As parcelas serão solicitadas de forma gradativa de acordo com as necessidades desta Secretaria com prazo máximo de entrega de 5 (cinco) dias após o pedido;

1.4. Todas as despesas com a entrega das mudas e fertilizantes correrão por conta da proponente vencedora da licitação.

1.5. A licitante para a entrega de mudas deverá apresentar comprovante de registro da empresa como produtora ou comerciante de mudas junto ao órgão oficial competente;

1.6. A licitante para a entrega de adubo/fertilizante: deverá apresentar o registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no momento da entrega da amostra;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

O município de Garibaldi é optante de assinaturas digitais, entretanto, a assinatura deve ser em nome de pessoa física, qualificada como representante legal (via procuração) ou sócio-administrador da empresa e, deve atender as especificações contidas no Decreto Municipal nº 4.765/2023.

Caso a empresa seja optante de assinatura digital, favor informar o responsável legal, CPF e-mail para envio da documentação:

Nome: _____ CPF: _____ E-mail: _____

Validade da Proposta: 60 dias

Local: _____, ____ de _____ de _____.

Assinatura: _____

Nome do Responsável: _____



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

**A N E X O IV – MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2023**

Aos ... dias do mês de de dois mil e vinte, às horas, reuniram-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, objetivando a seleção de propostas para registro de preços para Fornecimento de, conforme descrito nos itens..... do Edital, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, IN nº 73 de 2022 e do Decreto Municipal nº 4.765/2023.

Participaram do certame as empresas: Conferidos os documentos apresentados para tanto, as empresas participantes restaram credenciadas.

Foi recebida a proposta de preços e os documentos de habilitação. Verificada a proposta de preços, e tendo concluído que apresenta condições positivas de classificação, eis que os preços ofertados situaram-se dentre aqueles vigentes no mercado para idênticas condições de fornecimento, segundo a pesquisa informativa que se realizou, o Pregoeiro decidiu pela abertura do momento de lances conforme planilha anexa.

Encerrada a fase de lances, considerando o valor unitário por item, foram declarados vencedores os seguintes licitantes:

para o item 01 -, com o preço final (ou negociado) de R\$

para o item 02 -, com o preço final (ou negociado) de R\$

para o item 03 -, com o preço final (ou negociado) de R\$

O relatório de lances ofertados para cada item, contendo a classificação dos demais participantes, encontra-se em anexo ao processo de licitação, sendo rubricado por todos.

Após a fase das propostas e lances foram conferidos os documentos de habilitação. Foram habilitadas as empresas:

Adjudica-se à empresa vencedora:, o objeto constante nos lotes/itensdo edital;, o objeto constante nos lotes/itens do edital;o objeto constante nos lotes/itens do edital.

Foi concedido prazo para recurso, não havendo manifestação de interposição do mesmo. Nada mais havendo a constar, foi encerrada a presente sessão, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e licitantes. Encaminha-se à Assessoria Jurídica todo o processo para análise dos documentos e procedimentos adotados por mim pregoeiro e equipe de apoio para, posterior homologação.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARIBALDI

A N E X O V – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO Nº ____/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

SECRETARIA: Meio Ambiente

OBJETO: Aquisição de flores, forrações, adubos e exemplares arbóreos para o paisagismo urbano e embelezamento do Município de Garibaldi.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a aquisição de flores, forrações, adubos e exemplares arbóreos para o paisagismo urbano e embelezamento do Município de Garibaldi, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. Flores, forrações, vasos e exemplares arbóreos:

Item	Espécie	Ilustração	Quantidade (Unid/mudas)
1	Tagete anão (<i>Tagetes patula</i>) Cor: Amarelo (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000
2	Tagete anão (<i>Tagetes patula</i>) Cor: Laranja (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000
3	Tagete anão (<i>Tagetes patula</i>) Cor: Sortida (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 20.000
4	Gramma esmeralda		Até 2.000 m ²
5	Gramma comum		Até 10.000 m ²
6	Érica japonesa (<i>Leptospermum scoparium</i>) Cor: Lilás (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 22.000
7	Érica japonesa (<i>Leptospermum scoparium</i>) Cor: Branco (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 22.000

8	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Branco (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000
9	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Azul (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000
10	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Laranja (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000
11	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Amarelo (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)		Até 15.000
12	Gerânio pendente Cor: sortida (Embalados individualmente, em pote 24 (mínimo).		Até 3.000
13	Petunia Cor: Sortida		Até 14.000
14	Extremosa (<i>Lagerstroemia indica</i>); Cor: rosa; Com altura mínima de 1,80m no primeiro galho; DAP mínimo de 3,5cm.		Até 500
15	Extremosa (<i>Lagerstroemia indica</i>); Cor: branca; Com altura mínima de 1,80m no primeiro galho; DAP mínimo de 3,5cm.		Até 500
16	Extremosa (<i>Lagerstroemia indica</i>) Cor: sortida; Com altura mínima de 1,80m no primeiro galho; DAP mínimo de 3,0 cm.		Até 500

17	Camélia Cor: Vermelho Altura mínima de 1,0 metro		Até 1.200
18	Camélia Cor: Rosa Altura mínima de 1,0 metro		Até 1.200
19	Camélia Cor: Branca Altura mínima de 1,0 metro		Até 1.200
20	Ipê (<i>Handroanthus albus</i>) Cor: sortida Com altura mínima de 1,50m		Até 1.500
21	Margarida (<i>Argyranthemum foeniculaceum</i>) Cor: branca Altura mínima de 20cm		Até 500
22	Margarida (<i>Argyranthemum foeniculaceum</i>) Cor: amarela Altura mínima de 20cm		Até 500
23	Formio (<i>Phormium tenax</i>) Cor: verde		Até 100
24	Chamaecyparis 'Alumi' (<i>Chamaecyparis lawsoniana</i>) Altura mínima de 1,80m		Até 300
25	Mosquitinho (<i>Gypsophila</i>)		Até 500

26	Acer (<i>Acer palmatum</i>) Com altura mínima de 1,80 no primeiro galho; DAP mínimo de 4,0cm		Até 3.000
27	Manacá da Serra (<i>Tibouchina</i>) Com altura mínima de 1,80 no primeiro galho		Até 3.000
28	Sunpatiens (<i>Sanpatiens hibrida</i>) Cor: Vermelha Pote com uma muda		Até 6.000
29	Alegria-de-Jardim Vermelha (Mojave Red ou Vista Red) (<i>Salvia splendens</i>) Cor: Vermelha Caixa com no mínimo 15 mudas		Até 15.000
30	Escova-de-Garrafa (Callistemon spp) Altura mínima de 1,5 metros		Até 500
31	Tutor de madeira Com fio biodegradável para amarração; (Eucalipto) (<i>Eucaliptus sp</i>) Altura: 230cm Diâmetro: 5cm x 5cm		Até 4.000
32	Pedra de jardim Cor: branca		Até 500 kg
33	Araucaria Altura mínima de 1,0 metros		Até 500

1.2. Vasos:

Item	Vaso	Ilustração	Quantidade (Unid/mudas)
1	Vaso de Concreto Polido Diâmetro de 100 centímetros Altura mínima de 80 centímetros		Até 200
2	Vasos Material: polietileno Formato: oval, Cor: marrom Dimensões mínimas: - Altura: 0,60m - Diâmetro da 'boca': 0,50m - Volume: 110 litros		Até 200

1.3. Fertilizantes:

Item	Adubo/Fertilizante	Quantidade
1	Fertilizante Orgânico composto Classe A - Sólido	Até 20.000 Kg
2	Fertilizante Orgânico composto Classe A - Líquido	Até 3.000 L

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 4.765/2023, caracterizando-se como comum, de acordo com justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços é de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa da necessidade:

O objeto da presente licitação é a aquisição de flores, forrações, adubos e exemplares arbóreos para o paisagismo urbano e embelezamento do Município de Garibaldi.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio do Núcleo de Manutenção de Praças, Parques e Jardins, é o órgão da administração responsável pelos serviços de ajardinamento, arborização, conservação de praças, parques e jardins públicos. Por isso, faz-se necessária a aquisição do referido objeto para a manutenção do paisagismo e do ajardinamento urbano no Município de Garibaldi, visando o embelezamento e a conservação dos espaços públicos.

As mudas de flores serão utilizadas no paisagismo e ajardinamento de canteiros centrais e laterais das vias públicas e as mudas de árvores serão plantadas em parques, praças e calçadas.

2.2. Justificativa da quantidade:

O quantitativo estimado tem como parâmetro as últimas contratações do mesmo objeto, sendo suficiente para cumprir as demandas do município.

2.3. Trata-se de Pregão mediante Ata de Registro de Preços, pois:

De acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 em seu Artigo 6º Inciso XLI “é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto” e Artigo 6º Inciso XLVI “é o documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas”.

2.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a aquisição de flores, forrações, adubos e exemplares arbóreos para o paisagismo urbano e embelezamento do Município de Garibaldi, visto que a Secretaria Municipal de

Meio Ambiente é responsável pela manutenção e ajardinamento dos canteiros, praças e parques e jardins pertencentes ao órgão público.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os bens/serviços têm natureza de bens/serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1. ESPECIFICAÇÕES DAS FLORES, FORRAÇÕES E EXEMPLARES ARBÓREOS:

a. As mudas de flores, forrações e exemplares arbóreos deverão ser entregues de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, após definida a empresa fornecedora do produto;

b. As parcelas serão solicitadas de forma gradativa de acordo com as necessidades desta Secretaria com prazo máximo de entrega de 5 (cinco) dias após o pedido;

c. Aspecto visual de qualidade e sanidade: uniformidade do lote; cor específica a folha e caule; bom desenvolvimento radicular; as mudas de flores deverão ser dispostas em bandejas de 15 (quinze) unidades para facilitar o manuseio e transporte; não apresentar sintomas de doenças ou pragas;

d. Os itens serão avaliados na entrega pelos técnicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

e. Reposição: Caso, nos primeiros 15 (quinze) dias após o plantio das mudas de flores, essas apresentarem comportamento de tombamento e outras anomalias, identificadas como sendo de origem do viveiro, o produtor deverá repor a quantidade avariada sem custos ao Município.

4.2. ESPECIFICAÇÕES DOS FERTILIZANTES:

4.2.1. FERTILIZANTE ORGÂNICO COMPOSTO CLASSE A - Sólido

a. Produto no estado físico sólido para adubação de pré-plantio e cobertura;

b. Composição: mínima da soma de NPK de 3%, com variação não inferior a 1,0% entre a carga nutricional NPK;

c. Deve apresentar Registro do Ministério da Agricultura;

d. Certificado Orgânico;

e. Não poderá exalar odor desagradável;

f. O produto deverá estar devidamente embalado.

g. Para este produto a empresa deverá apresentar amostra, visto que além das características e certificação exigida, o produto não poderá exalar odor desagradável.

g.1) As amostras deverão ser entregues no endereço Rua Irmão José Sion, nº 390, Garibaldi/RS – CEP: 95.720-000 no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados da homologação, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega;

g.1.1) É facultada prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo;

g.1.2) No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

g.2) Será avaliado o seguinte aspecto e padrões mínimos de aceitabilidade:

g.2.1) Descrição fiel do item.

g.3) Os resultados das avaliações serão divulgados por parecer do setor competente;

g.4) Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência;

g.5) Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

h. As parcelas serão solicitadas de forma gradativa de acordo com as necessidades desta Secretaria com prazo máximo de entrega de 5 (cinco) dias após o pedido;

4.2.2. FERTILIZANTE ORGANOMINERAL – CLASSE A – Líquido

a. Produto no estado físico líquido, para fertirrigação e foliar, para diluição;

b. Composição: soma mínima de NPK de 20% (peso/peso), com carga nutricional de NPK próxima entre eles com diferenças máximas de 2%;

c. Deve apresentar Registro do Ministério da Agricultura;

d. O produto deverá estar devidamente embalado.

e. As parcelas serão solicitadas de forma gradativa de acordo com as necessidades desta Secretaria com prazo máximo de entrega de 5 (cinco) dias após o pedido;

4.3. Das obrigações da CONTRATADA:

I - Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;

II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;

III - Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando, mensalmente, cópia das guias de recolhimento das contribuições para o FGTS e o INSS relativas aos empregados alocados para a execução do contrato, bem como da certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);

IV - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI);

V - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;

VI - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;

VII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.

VIII - A licitante para a entrega de mudas deverá apresentar comprovante de registro da empresa como produtora ou comerciante de mudas junto ao órgão oficial competente;

IX - A licitante para a entrega de adubo/fertilizante: deverá apresentar o registro do produto no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no momento da entrega da amostra;

4.4. Das obrigações da CONTRATANTE:

I- Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;

II- Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

III- Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;

IV- Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;

V- Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

4.5. Das penalidades e extinção:

4.5.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

4.5.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4.5.3. As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021 e, a extinção do contrato, conforme o art. 138 da mesma lei, poderá ser:

I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II- consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III- determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade de Pregão por meio de Ata de Registro de Preços, com critério de julgamento de menor preço por item, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI e XLVI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo e o local de entrega dos itens será combinado entre as partes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 4.836/2023.

6.6. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração, conforme Decreto Municipal nº 4.836/2023.

Fiscal do contrato:

Secretaria	Nome	Cargo	Matrícula
SMMA	Gabrielly Guarienti Dornelles	Assessor de Departamento	6.504

Gestor do contrato:

Secretaria	Nome	Cargo	Matrícula
SMMA	Eduardo Artur Mombach	Secretário Municipal de Meio Ambiente Substituto	5.589

7. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 48 horas, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.7. O pagamento será efetuado conforme cronograma emitido pela Administração.

7.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.10. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

8.1. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão mediante Ata de Registro de Preços, com critério de julgamento de *menor preço por item*, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI e XLVI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Para fornecimento/prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b)** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c)** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;
- d)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social

no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede.

i) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida.

j) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

k) Declaração de Idoneidade;

l) Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/02;

Observação: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b)** Prova de regularidade expedida pela Procuradoria Nacional da Fazenda (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).
- c)** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual.
- d)** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, sendo da sede do Licitante.
- e)** Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS).
- f)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (obtida eletronicamente nos sites do TRT-4 e/ou Regional correspondente do licitante ou TST).

OBSERVAÇÃO: O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a)** Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a trinta (30) dias da data da apresentação do documento;

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.454.516,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e dezesseis reais), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

9.1. Flores, forrações e exemplares arbóreos:

Item	Espécie	Quantidade (Unid/mudas)	VALOR UNT (R\$)
1	Tagete anão (<i>Tagetes patula</i>) Cor: Amarelo (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)	Até 15.000	1,88
2	Tagete anão (<i>Tagetes patula</i>) Cor: Laranja (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)	Até 15.000	1,89
3	Tagete anão (<i>Tagetes patula</i>) Cor: Sortida (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)	Até 20.000	1,87
4	Gramma esmeralda	Até 2.000 m ²	25,45
5	Gramma comum	Até 10.000 m ²	21,66
6	Érica japonesa (<i>Leptospermum scoparium</i>) Cor: Lilás (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)	Até 22.000	1,88
7	Érica japonesa (<i>Leptospermum scoparium</i>) Cor: Branco (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)	Até 22.000	1,88
8	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Branco (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)	Até 15.000	1,92
9	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Azul (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)	Até 15.000	2,07
10	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Laranja (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)	Até 15.000	1,93

11	Mini Amor Perfeito (Penny) Cor: Amarelo (Caixa com, no mínimo, 15 mudas)	Até 15.000	1,93
12	Gerânio pendente Cor: sortida (Embalados individualmente, em pote 24 (mínimo).	Até 3.000	9,00
13	Petunia Cor: Sortida	Até 14.000	1,77
14	Extremosa (<i>Lagerstroemia indica</i>); Cor: rosa; Com altura mínima de 1,80m no primeiro galho; DAP mínimo de 3,5cm.	Até 500	106,06
15	Extremosa (<i>Lagerstroemia indica</i>); Cor: branca; Com altura mínima de 1,80m no primeiro galho; DAP mínimo de 3,5cm.	Até 500	106,06
16	Extremosa (<i>Lagerstroemia indica</i>) Cor: sortida; Com altura mínima de 1,80m no primeiro galho; DAP mínimo de 3,0 cm.	Até 500	106,06
17	Camélia Cor: Vermelho Altura mínima de 1,0 metro	Até 1.200	85,60
18	Camélia Cor: Rosa Altura mínima de 1,0 metro	Até 1.200	85,60
19	Camélia Cor: Branca Altura mínima de 1,0 metro	Até 1.200	85,60
20	Ipê (<i>Handroanthus albus</i>) Cor: sortida Com altura mínima de 1,50m	Até 1.500	69,05
21	Margarida (<i>Argyranthemum foeniculaceum</i>) Cor: branca Altura mínima de 20cm	Até 500	4,18
22	Margarida	Até 500	4,18

	(<i>Argyranthemum foeniculaceum</i>) Cor: amarela Altura mínima de 20cm		
23	Formio (<i>Phormium tenax</i>) Cor: verde	Até 100	34,00
24	Chamaecyparis 'Alumi' (<i>Chamaecyparis lawsoniana</i>) Altura mínima de 1,80m	Até 300	220,00
25	Mosquitinho (<i>Gypsophila</i>)	Até 500	21,75
26	Acer (<i>Acer palmatum</i>) Com altura mínima de 1,80 no primeiro galho; DAP mínimo de 4,0cm	Até 3.000	172,07
27	Manacá da Serra (<i>Tibouchina</i>) Com altura mínima de 1,80 no primeiro galho	Até 3.000	78,71
28	Sunpatiens (<i>Sanpatiens hibrida</i>) Cor: Vermelha Pote com uma muda	Até 6.000	12,07
29	Alegria-de-Jardim Vermelha (Mojave Red ou Vista Red) (<i>Salvia splendens</i>) Cor: Vermelha Caixa com no mínimo 15 mudas	Até 15.000	1,69
30	Escova-de-Garrafa (<i>Callistemon spp</i>) Altura mínima de 1,5 metros	Até 500	83,00
31	Tutor de madeira Com fio biodegradável para amarração; (Eucalipto) (<i>Eucaliptus sp</i>) Altura: 230cm Diâmetro: 5cm x 5cm	Até 4.000	14,54

32	Pedra de jardim Cor: branca	Até 500 kg	2,35
33	Araucaria Altura mínima de 1,0 metros	Até 500	32,25

9.2. Vasos:

Item	Tipo	Quantidade	VALOR UNT (R\$)
1	Vaso de Concreto Polido Diâmetro de 100 centímetros Altura mínima de 80 centímetros	Até 200	1060,00
2	Vasos Material: polietileno Formato: oval, Cor: marrom Dimensões mínimas: - Altura: 0,60m - Diâmetro da 'boca': 0,50m - Volume: 110 litros	Até 200	227,33

9.3. Fertilizantes:

Item	Adubo/Fertilizante	Quantidade	VALOR UNT (R\$)
1	Fertilizante Orgânico composto Classe A - Sólido	Até 20.000 Kg	1,68
2	Fertilizante Orgânico composto Classe A - Líquido	Até 3.000 L	40,78

9.4. Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária 111205 – Recurso Livre.

Garibaldi, 04 de março de 2024.



Documento assinado digitalmente
GABRIELLY GUARIENTI DORNELLES
Data: 21/03/2024 10:54:46-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Gabrielly Guarienti Dornelles
Assessor de Departamento

EDUARDO ARTUR
MOMBACH:00204337003

Assinado de forma digital
por EDUARDO ARTUR
MOMBACH:00204337003
Dados: 2024.03.19
16:19:38 -03'00'

Eduardo Artur Mombach
Secretário Municipal de Meio Ambiente
Substituto